

Ex.mo Senhor
Ministro da Educação, Ciência e Inovação
Professor Doutor Fernando Alexandre

Assunto: Concurso de vinculação de Técnicos Especializados – situação de profunda instabilidade e risco de agravamento da precariedade

Senhor Ministro,

A Federação Nacional da Educação (FNE) vem manifestar a sua profunda preocupação relativamente aos efeitos que o concurso de vinculação de Técnicos Especializados está a provocar junto das direções dos AE/EnA e dos profissionais que exercem funções nas escolas públicas.

O processo que foi anunciado pelo MECI como uma medida destinada a combater a precariedade e a garantir maior estabilidade às escolas e aos profissionais, assegurando recursos humanos fundamentais para o acompanhamento dos alunos e para o sucesso educativo, está, na prática, a transformar-se numa fonte de enorme insegurança, instabilidade e incompreensão.

As informações que têm vindo a público, bem como os inúmeros contactos recebidos pela FNE por parte de profissionais abrangidos por este procedimento, revelam um cenário de enorme confusão relativamente às regras do concurso, aos critérios adotados, às consequências da não colocação e ao eventual risco de perda de funções por parte de trabalhadores que asseguram necessidades permanentes das escolas há vários anos.

É particularmente grave que profissionais altamente qualificados que têm desempenhado funções essenciais no apoio aos alunos, às famílias e às comunidades educativas, muitos deles há largos anos em sucessivos contratos precários, estejam hoje confrontados com a possibilidade real de ficarem sem colocação ou mesmo afastados das escolas onde desempenham funções de carácter permanente.

A FNE considera inaceitável que um processo apresentado como instrumento de valorização profissional e de estabilização das equipas educativas esteja a gerar precisamente o efeito contrário: ansiedade, desorganização, perda de confiança e risco de descontinuidade de respostas fundamentais nas escolas.

Importa recordar que estes profissionais desempenham um papel determinante na promoção da inclusão, da saúde mental, do combate ao abandono escolar, da mediação social e do acompanhamento de alunos com necessidades específicas. Qualquer perturbação significativa nestas equipas terá inevitáveis consequências negativas no funcionamento das escolas e na qualidade das respostas educativas.



Neste contexto, a FNE exige ao Ministério da Educação, Ciência e Inovação:

- O esclarecimento urgente e público de todas as regras e consequências associadas ao concurso em curso;
- A garantia de que nenhum profissional que atualmente assegura necessidades permanentes das escolas será injustamente afastado do sistema;
- A adoção de mecanismos que assegurem estabilidade profissional efetiva e continuidade pedagógica nas escolas;
- A abertura de um processo de diálogo sério e transparente com as organizações sindicais, por forma a corrigir situações de injustiça e evitar um cenário de desestruturação dos serviços de apoio especializados nas escolas públicas.

A FNE entende que ainda é possível evitar que este processo se transforme num fator de injustiça e descredibilização. Ainda vamos a tempo de garantir um concurso verdadeiramente justo, equilibrado e orientado para os objetivos que justificaram a sua criação: combater a precariedade, estabilizar equipas e reforçar a capacidade de resposta das escolas.

Para tal, torna-se indispensável que o Ministério da Educação, Ciência e Inovação promova, com urgência, um processo negocial sério com as organizações sindicais, que permita clarificar regras, corrigir distorções e introduzir mecanismos que assegurem que este procedimento seja compreendido pelos profissionais como justo, claro, transparente e gerador de confiança.

Só através do diálogo, da transparência e da construção de soluções equilibradas será possível assegurar estabilidade às escolas, proteger os trabalhadores e garantir que os alunos não sejam prejudicados pela desorganização de serviços especializados fundamentais ao funcionamento da Escola Pública.

A FNE acompanhará com toda a atenção a evolução desta situação e reserva-se o direito de desenvolver as iniciativas sindicais que considere adequadas em defesa destes profissionais, das escolas e da qualidade da Escola Pública.

Com os melhores cumprimentos,

Porto, 27 de maio de 2026

A Comissão Executiva da FNE

